Avaliação da regulamentação de comercialização de produtos naturais no estado do Mato Grosso do Sul.

Autor(res)

Silvia Cristina Heredia Vieira
Luiz Felipe Bernardes Pereira

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE

Introdução

A contextualização para regulamentação de produtos naturais, é um tema de grande importância para garantir a segurança dos consumidores e a eficácia dos produtos, e assim garantir uma a exploração da biodiversidade natural segura em seus campos de desenvolvimento e pesquisas. Ela envolve um equilíbrio entre a promoção do acesso a produtos naturais e a necessidade de garantir que esses produtos sejam seguros e eficazes.
A regulamentação por sua vez contribui com a segurança do benefício natural, proporcionando padronização, transparência de mercado, sobre os parâmetros de direitos legais e ambientais para disseminação como forma de comercialização.

Objetivo

Compreender as rotinas de padronização dos decretos abrangentes sobre a comercialização de produtos naturais no estado do Mato Grosso do Sul e as obrigatoriedades de cumprimentos de legislação de consumo e exploração de produtos naturais, assim como o âmbito de fiscalização e cumprimentos das normativas impostas.

Material e Métodos

O presente estudo contempla pesquisas de leis e decretos publicados nos sites dos órgãos fiscalizadores, para se basear com propriamente relatados e normativas pelos referidos sites, podendo se amparar com as adequações expostas pelas bibliografias pesquisadas. Contendo envolvimentos de artigos publicados em sites de banco de dados e cartilhas, que incluem SciELO e Google acadêmico, com características básicas, pois o intuito será de adquirir e expandir o conhecimento, e colaborar com a disseminação dos regimentos de cumprimentos da comercialização de produtos naturais.

Resultados e Discussão

As perspectivas relacionadas ao cumprimento da regulamentação dos produtos naturais, é uma garantia que se é oferecida para ambos aos envolvidos, seja o produtor, comerciante e cliente final. A qualidade dos produtos assim como a segurança do consumo vem em uma crescente abordagem visto os inúmeros benefícios abordados, de modo envolver um equilíbrio de garantias entre o lado seguro e eficaz.
Em nosso país, os produtos naturais que alegam benefícios a saúde devem ser registrados e protocolados os

procedimentos de fabricação junto as normativas impostas pelos órgãos fiscalizadores, que no caso do Mato Grosso do sul são: ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e o IAGRO (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal) que garante a atualização e cumprimentos das normativas.
Cada categoria para classificação dos produtos tem requisitos específicos de regras, abrangidas como fitoterápicos, suplementos alimentares, ou cosméticos, dependendo de sua composição e especificamente. A promoção do conhecimento pelos órgãos reguladores, são de uma escala frequente, disseminando campanhas educativas para conscientizar o público sobre o uso seguro e informado de produtos naturais, evitando o uso inadequado ou excessivo que possa comprometer a saúde.

Conclusão

Conclui-se que este estudo, que existe uma a aplicação ativa dos órgãos fiscalizadores assim como as disseminação de canais acessíveis para que todos os envolvidos, seja ele comerciante ou cliente possam se adequar aos critérios e normativas da legislação vigente no estado para o consumo seguro de produtos naturais, de modo que beneficia os produtores rurais de pequenas produções e contribui com amplos benefícios naturais.

Referências

GOV, Avisa - Riscos de usos, Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/anvisa-reforca-riscos-do-uso-de-produtos-201cnaturais201d-irregulares>. Acesso em: 16 set.2024

IAGRO, Decreto de produto artesanal, Disponível em: <https://www.iagro.ms.gov.br/nucleo-de-produtos-artesanais/#:~:text=O%20DECRETO%20N%C2%BA%2011.099%2C%20de,animal%20produzidos%20de%20forma%20artesanal >. Acesso em: 16 set.2024

Vaz,Souza Carlos e Macêdo, Daniela, O papel da regulamentação dos produtos de origem biológica no avanço da agroecologia e da produção orgânica no Brasil. Livro Agricultura, pecuária e pesca.2017.